



**INSTITUTO  
FEDERAL**  
Brasília

Instituto Federal de Brasília  
*Campus Riacho Fundo I*  
Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria

RENATA SANTANA DE BRITO

**TURISMO SEXUAL EM AMBIENTES HOTELEIROS:**  
revisão de escopo sobre impactos, respostas e efeitos nas comunidades  
receptoras

Brasília  
2025

RENATA SANTANA DE BRITO

**TURISMO SEXUAL EM AMBIENTES HOTELEIROS:**

revisão de escopo sobre impactos, respostas e efeitos nas comunidades receptoras

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso superior de Tecnologia em Hotelaria do Instituto Federal de Brasília, Campus Riacho Fundo I como parte da exigência para obtenção do título de Tecnóloga em Hotelaria.

Orientadora: Dra. Vanesa Rios Milagres

Brasília  
2025

Brito, Renata Santana de.

Turismo sexual em ambientes hoteleiros: revisão de escopo sobre impactos, respostas e efeitos nas comunidades receptoras / Renata Santana de Brito ; orientação Vanesa Rios Milagres. — Riacho Fundo, DF: 2025.  
47 f. : il. ; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Hotelaria) — Instituto Federal de Brasília, Campus Riacho Fundo, Riacho Fundo, DF, 2025.  
Orientador(a): Vanesa Rios Milagres.

1. Turismo sexual. 2. Setor hoteleiro. 3. Vulnerabilidade socioeconômica.  
4. Políticas de mitigação. 5. Governança colaborativa. I. Milagres, Vanesa Rios, orient. II. Instituto Federal de Brasília. III. Título.

RENATA SANTANA DE BRITO

**TURISMO SEXUAL EM AMBIENTES HOTELEIROS:**  
revisão de escopo sobre impactos, respostas e efeitos nas comunidades receptoras

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso superior de Tecnologia em Hotelaria do Instituto Federal de Brasília, Campus Riacho Fundo I como parte da exigência para obtenção do título de Tecnóloga em Hotelaria.

Aprovado em 28 de julho de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Vanesa Rios Milagres  
Instituto Federal de Brasília, Campus Riacho Fundo I  
Presidenta/Orientadora

Profa. Dra. Jammilly Mikaela Fagundes Brandão  
Instituto Federal de Brasília, Campus Riacho Fundo I  
Membra Interna

Profa. Dra. Ana Luiza França de Sá  
Instituto Federal de Brasília, Campus Riacho Fundo I  
Membra Interna

## RESUMO

Este estudo explora vulnerabilidades operacionais e estratégias de mitigação relacionadas ao turismo sexual em ambientes hoteleiros. Foi realizada uma revisão de escopo da literatura (2020–2024), fundamentada nas teorias de Foucault, Sen, Crenshaw, Urry e Galtung, que identificou sete vulnerabilidades principais, incluindo lacunas regulatórias, convivência, riscos à saúde, drenagem econômica, estigmatização simbólica e erosão do capital social. As práticas de enfrentamento incluem códigos de conduta, capacitação de equipes, parcerias com organizações da sociedade civil e iniciativas de políticas públicas. Os resultados apontam para o aumento de surtos de infecções sexualmente transmissíveis, danos psicossociais às comunidades receptoras, desvio de recursos para redes criminosas e objetificação de mulheres negras e de baixa renda, comprometendo a reputação dos destinos. Enfrentar essas questões exige uma governança sistêmica, tecnológica e colaborativa, ancorada no Selo de Turismo Responsável do Ministério do Turismo do Brasil.

**Palavras-chave:** turismo sexual; setor hoteleiro; vulnerabilidade socioeconômica; políticas de mitigação; governança colaborativa.

## ABSTRACT<sup>1</sup>

This study explores operational vulnerabilities and mitigation strategies related to sexual tourism in hotel settings. A scoping review of literature (2020–2024), informed by Foucault, Sen, Crenshaw, Urry, and Galtung, identified seven key vulnerabilities, including regulatory gaps, complicity, health risks, economic leakage, symbolic stigmatisation, and erosion of social capital. Mitigation practices include codes of conduct, staff training, civil society partnerships, and public policy initiatives. Findings highlight increased outbreaks of sexually transmitted infections, psychosocial harm to host communities, resource diversion to criminal networks, and the objectification of Black and low-income women—undermining destination reputations. Addressing these issues demands systemic, tech-enabled, and collaborative governance, anchored by Brazil's Responsible Tourism Seal.

**Keywords:** sexual tourism; hospitality sector; vulnerability; mitigation strategies; inclusive governance.

---

<sup>1</sup> Tradução realizada conforme o padrão do inglês britânico.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### Quadros

Quadro 1 - Resumo do processo de seleção de estudos (PRISMA-ScR) .....	10
Quadro 2 - Impactos sanitários e sociais do turismo sexual .....	12
Quadro 3 - Impactos econômicos negativos do turismo sexual .....	14
Quadro 4 - Prejuízos de imagem e estigmatização cultural .....	16
Quadro 5 - Vulnerabilidades do setor hoteleiro .....	18
Quadro 6 - Estratégias de mitigação .....	20
Quadro 7 - Codificação dos estudos selecionados segundo critérios de inclusão e exclusão.....	29

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	1
2	REFERENCIAL TEÓRICO .....	3
2.1	Fundamentos Teóricos .....	3
2.2	Definições e Conceitos-Chave.....	5
2.3	Revisão de Estudos Empíricos.....	6
2.3.1	<i>Saúde Pública</i> .....	6
2.3.2	<i>Economia Local e Vulnerabilidade Socioeconômica</i> .....	6
2.3.3	<i>Representação, Estigma e Transformações Culturais</i> .....	7
2.3.4	<i>O Setor Hoteleiro como Facilitador</i> .....	7
2.3.5	<i>Políticas e Práticas de Mitigação</i> .....	7
3	METODOLOGIA DE PESQUISA .....	9
3.1	Tipo de Estudo.....	9
3.2	Fontes e Estratégias de Busca .....	9
3.3	CrITÉRIOS de Inclusão e Exclusão .....	9
3.4	Processo de Seleção dos Estudos.....	10
3.5	Extração e Codificação de Dados .....	10
3.6	SÍntese dos Resultados .....	11
3.7	Limitações do Estudo .....	11
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	12
4.1	Saúde Pública .....	12
4.2	Economia e Vulnerabilidade Socioeconômica .....	14
4.3	Representação, Estigma e Transformações Culturais.....	16
4.4	O Setor Hoteleiro .....	18
4.5	Políticas e Práticas de Mitigação.....	20
4.6	SÍntese Geral dos Resultados .....	22
4.7	Limitações do Estudo .....	23
4.8	Implicações Práticas .....	24
4.9	Recomendações de Pesquisa Futura.....	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	27
	APÊNDICE A: CODIFICAÇÃO DOS ESTUDOS SELECIONADOS.....	29
	REFERÊNCIAS .....	30



## 1 INTRODUÇÃO

O turismo começa muito antes do embarque. Imagens veiculadas em revistas, propagandas, agências de viagem e mídias digitais alimentam expectativas e moldam fantasias sobre destinos exóticos (Siqueira; Siqueira, 2008). Nessa construção simbólica, as comunidades receptoras passam a ser vistas como cenários e seus habitantes, como atrações; a infraestrutura hoteleira converte-se em palco para performances que nem sempre correspondem à vivência cotidiana dos locais. Antes mesmo de chegar ao destino, o turista já carrega fragmentos idealizados, retirados do dia a dia, destinados a capturar sua atenção.

No Brasil, essa dinâmica associa-se ao estereótipo da “mulher-símbolo”, marcado por um apelo sexual que transcende a intimidade e alimenta o turismo sexual internacional (Lopes; Malerba, 2015). É por meio dessa reprodução de imagens que o país se consolida como rota para práticas sexuais comerciais, atraindo turistas estrangeiros e nacionais em busca de serviços correlatos.

Os impactos sobre as comunidades que abrigam hotéis revelam-se variados e, muitas vezes, perversos. Observam-se aumentos nos casos de exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de pessoas e desafios de saúde pública relacionados à disseminação de doenças sexualmente transmissíveis. Surgem também distorções socioeconômicas, como elevação de preços e desigualdade no acesso a empregos formais. A Lei nº 12.978/2014, que tipifica como hediondo o crime de favorecimento à exploração sexual infanto-juvenil, representa um avanço jurídico indispensável, mas seu efetivo alcance carece de avaliação sistemática.

Apesar do marco legal e de relatórios da Polícia Federal (MPF, 2020) que evidenciam a relevância do fenômeno, ainda não existe uma síntese crítica e multidimensional dos estudos sobre os impactos sociais, culturais e econômicos do turismo sexual em regiões hoteleiras. Sem esse panorama consolidado, gestores públicos, redes hoteleiras e organizações da sociedade civil não dispõem de um referencial unificado para orientar políticas e práticas de mitigação.

Diante desse contexto, este trabalho responde à pergunta de pesquisa: Como o turismo sexual impacta as dimensões sociais, culturais e econômicas das comunidades locais onde hotéis estão instalados, segundo a literatura publicada entre 2000 e 2024?

Para tanto, adota-se uma revisão de escopo segundo o Joanna Briggs Institute – JBI, com os seguintes objetivos: identificar os principais impactos sociais, culturais e econômicos em áreas dotadas de infraestrutura hoteleira; mapear o papel e as práticas das redes hoteleiras no enfrentamento desse fenômeno; sistematizar as medidas de mitigação recomendadas na literatura e identificar lacunas metodológicas; e propor diretrizes práticas para hotéis, gestores públicos e organizações locais, com vistas à atenuação dos impactos negativos do turismo sexual nas comunidades receptoras.

A delimitação deste estudo abrange o período de 2000 a 2024 e concentra-se em comunidades brasileiras que hospedam hotéis em destinos turísticos urbanos e litorâneos. A metodologia baseia-se em revisão de escopo, utilizando as bases Scopus, Web of Science, SciELO e Google Scholar, além de documentos de organismos internacionais e da Polícia Federal.

A justificativa acadêmica reside na carência de trabalhos que integrem, de forma multidimensional, os desdobramentos socioculturais e econômicos do turismo sexual em regiões hoteleiras. No plano prático, espera-se fornecer subsídios consistentes a gestores hoteleiros, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil, de modo a embasar políticas públicas e protocolos de conduta capazes de proteger grupos vulneráveis e promover o desenvolvimento sustentável do setor turístico.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Fundamentos Teóricos

A análise dos impactos do turismo sexual em comunidades hoteleiras requer lentes conceituais capazes de iluminar tanto a dimensão simbólica do olhar do turista quanto os mecanismos de poder que atravessam corpos, corpos mercantilizados e estruturas sociais locais. Neste sentido, seis referenciais se mostram especialmente frutíferos para decifrar essa complexa teia de relações: olhar do turista de John Urry e Jonas Larsen (2021); as noções de biopoder de Michel Foucault (2014); a teoria da performatividade de gênero de Judith Butler (2003); a perspectiva da “*social life of things*” de Arjun Appadurai (2008), o enfoque interseccional de Kimberlé Crenshaw (1989) e a abordagem das capacidades de Amartya Sen (2000).

Urry e Larsen (2021) cunharam o conceito de olhar do turista para descrever como imagens e representações em revistas, folhetos, mídias digitais, moldam expectativas sobre destinos e reduzem pessoas a meros objetos de consumo estético. No contexto do turismo sexual, o olhar do turista explica como turistas chegam à hospedagem munidos de fantasias preparadas para espetáculos eróticos, contribuindo para a estigmatização das comunidades receptoras e para o funcionamento de circuitos comerciais que transformam o corpo (sobretudo feminino) em atração turística.

Michel Foucault (2014) introduziu o termo biopoder para designar o conjunto de tecnologias de poder que se exercem sobre a vida, regulando corpos e populações. Em regiões hoteleiras, observamos práticas estatais (leis, vigilância policial) e corporativas (códigos de conduta de redes de hotéis) que disciplinam a sexualidade de hóspedes e moradores. O biopoder foucaultiano permite identificar como o Estado e o mercado se articulam para conter ou estimular o turismo sexual, produzindo efeitos colaterais sobre saúde pública, violência de gênero e controle de itinerários turísticos.

Judith Butler (2003, p.77) desenvolveu a noção de performatividade de gênero para mostrar que identidades (como “mulher-símbolo”) são encenadas socialmente através de gestos, corpos e cenografias. No turismo sexual, hotéis oferecem espaços como festas temáticas, shows, serviço de acompanhantes, onde expectativas de feminilidade e masculinidade se reproduzem como espetáculos. A teoria de Butler ajuda a compreender como indivíduos passam a representar papéis sexuais predefinidos, reforçando estereótipos e ampliando desigualdades de gênero.

Arjun Appadurai (2008) propôs que objetos, pessoas e experiências circulam em vários “*scapes*” (*mediascapes, ethnoscapes*) e se tornam commodities globais. O turismo sexual, nessa perspectiva, é parte da “*social life of things*”, corpos e serviços sexuais entram no mercado internacional de turismo como bens transacionáveis. Aplicar Appadurai ao estudo de comunidades hoteleiras permite enxergar como práticas locais se inserem em cadeias globais de consumo e como a lógica de mercadoria permeia relações entre turistas, hotéis e moradores.

Kimberlé Crenshaw (1989) sistematizou a interseccionalidade para revelar como raça, gênero, classe e nacionalidade se entrelaçam na produção de vulnerabilidades. O turismo sexual raramente recai num único eixo de opressão: mulheres negras de periferias ou comunidades rurais são alvos mais frequentes e menos protegidos. Incorporar a interseccionalidade de Crenshaw enriquece a análise, mostrando que impactos sociais e econômicos não atingem igualmente todos os grupos locais.

Amartya Sen (2000) propôs a abordagem de capacidades como critério para avaliar desenvolvimento e justiça social. Em vez de medir apenas indicadores monetários, Sen defende olhar para as liberdades reais que indivíduos têm de conduzir vidas que valorizem. No âmbito do turismo sexual, a perspectiva das capacidades ajuda a avaliar se comunidades hoteleiras ganham autonomia, por exemplo, acesso a trabalho digno e saúde, ou se permanecem sujeitas a vulnerabilidades estruturais.

Conjugar esses aportes permite uma leitura integrada do turismo sexual em regiões hoteleiras, em que o desejo do turista, segundo Urry e Larsen (2021) e MacCannell (2003) é mediatizado por arranjos de poder (Foucault, 2014), performances de gênero (Butler, 2003) e dinâmicas de mercadoria global (Appadurai (2008), tudo isso atravessado por hierarquias interseccionais (Crenshaw, 1989) e refletido nas liberdades ou limitações reais das populações locais (Sen, 2000).

Esse arcabouço teórico sustenta a revisão de escopo e orienta o mapeamento da extensão, natureza e distribuição dos estudos sobre impactos sociais, culturais e econômicos do turismo sexual no Brasil.

## 2.2 Definições e Conceitos-Chave

Para assentar a revisão de literatura, é fundamental explicitar com precisão o que se entende por turismo sexual, comunidades receptoras, infraestrutura hoteleira e impactos sociais, culturais e econômicos.

Turismo sexual é definido pela Organização Mundial do Turismo (OMT) como “a prática de deslocamento de pessoas motivadas pela busca de relações sexuais, remuneradas ou não, em destinos diferentes de seu local de residência habitual” (OMT, 1995). Lopes e Malerba (2015) enfatizam que esse fenômeno envolve tanto adultos quanto situações de exploração de menores de idade e que se sustenta na mercantilização do corpo enquanto serviço turístico.

O termo comunidade receptora, ou *host communities*, refere-se ao conjunto de pessoas que vivem no entorno de destinos turísticos e cuja vida cotidiana é afetada pela presença de visitantes (Hall; Page, 2014). Mowforth e Munt (2009) destacam que essas comunidades, embora heterogêneas, compartilham vínculos de proximidade espacial e social com a atividade turística e são simultaneamente agentes e alvos de seus impactos.

Infraestrutura hoteleira designa o conjunto de estabelecimentos de hospedagem (hotéis, pousadas, resorts) e seus serviços acessórios (bares, casas noturnas, spas) que suportam a estadia de turistas em um destino (UNWTO, 2008). Segundo Page e Connell (2009), a rede hoteleira não apenas oferece alojamento, mas também organiza circuitos de lazer e entretenimento, funcionando como mediadora entre turistas e comunidades locais.

A literatura especializada distingue três grandes categorias de impacto do turismo na vida local (Butler, 1990; Gössling, 2002):

1. Impactos sociais referem-se a alterações nas relações interpessoais e padrões de convivência, como aumento de violência, mudança de valores familiares, estigmatização, conforme observado em estudos sobre turismo sexual infantil (Richardson; Poudel; Laurie, 2009).
2. Impactos culturais dizem respeito às transformações em crenças, tradições e expressões simbólicas das comunidades receptoras (Ashworth; Tunbridge, 1990), como o reforço de estereótipos de gênero e raça no contexto brasileiro (Lopes; Malerba, 2015).

3. Impactos econômicos envolvem efeitos sobre a renda, emprego, estrutura de preços e distribuição de benefícios financeiros (Mathieson; Wall, 1982), incluindo o fortalecimento de circuitos informais de economia sexual e a elevação do custo de vida local, frequentemente documentados em destinos de praia (Ashley; Boyd; Goodwin, 2000; Ashley *et al.*, 2007).

## **2.3 Revisão de Estudos Empíricos**

Este capítulo sintetiza os principais achados da literatura sobre turismo sexual em contextos hoteleiros em cinco eixos temáticos: saúde pública, economia e vulnerabilidade socioeconômica, representação, estigma e transformações culturais, o papel do setor hoteleiro, e políticas e práticas de mitigação, interpretados à luz dos referenciais de Urry, Foucault, Butler, Appadurai, Crenshaw e Sen.

### **2.3.1 Saúde Pública**

Richardson e Wood (2009) identificaram uma correlação entre a concentração de resorts costeiros e o aumento de sífilis e infecções por HIV<sup>2</sup>, revelando como o turismo sexual exacerba desafios sanitários locais. Silveira e Leal (2020) mostram que as políticas de vigilância permanecem fragmentadas e recaem sobre grupos vulneráveis, sem enfrentar determinantes estruturais de transmissão, um claro efeito de biopoder foucaultiano.

### **2.3.2 Economia Local e Vulnerabilidade Socioeconômica**

Estudos de Ashley *et al.* (2007) e Gibson (2001) apontam que a oferta de serviços sexuais eleva rendas informais, mas também gera dependência econômica e precariza o trabalho. Williams (2013) e Cruz (2009), ao documentarem casos como o das “meninas balseiras” no Marajó, evidenciam que pobreza e falta de oportunidades tornam jovens alvos fáceis de redes de exploração. Segundo Sen (2000), esses ganhos monetários não se traduzem em liberdades reais, pois

---

<sup>2</sup> Incluem o espectro das infecções pelo vírus da imunodeficiência humana que vão desde o estado soropositivo assintomático, passando pelo complexo relação-AIDS até a síndrome de imunodeficiência adquirida (AIDS). <https://id.nlm.nih.gov/mesh/D015658>

raramente ampliam acesso à educação, ao emprego formal ou a redes de proteção social.

### **2.3.3 Representação, Estigma e Transformações Culturais**

Ferreira e Cordeiro (2023) destacam que a miscigenação cultural brasileira sustenta a noção de sexualidade liberal, consumida por turistas em busca de exotismo. Lopes e Malerba (2015) demonstram como esse estereótipo reforça o olhar objetificante sobre a “mulher-símbolo”, em consonância com o olhar do turista de Urry (2021). Carvalho, Freitas e Ribeiro (2023) e Farias e Favero (2022) analisam campanha publicitária e cartões-postais que reduzem mulheres a “shows parciais”, encobrendo a complexidade social local. A interseccionalidade de Crenshaw (1989) esclarece por que mulheres negras e de baixa escolaridade sofrem estigmatização ainda mais intensa.

### **2.3.4 O Setor Hoteleiro como Facilitador**

Oliveira e Souza (2022) relatam que hotéis de menor porte, sem fiscalização rigorosa, oferecem anonimato e ambiente propício a encontros comerciais, com funcionários atuando informalmente como intermediários. Silva (2017) alerta para os danos reputacionais e riscos legais que acometem hotéis envolvidos em turismo sexual, efeitos que ecoam as cadeias de biopoder e as restrições às liberdades reais apontadas por Sen (2000) e Appadurai (2008).

### **2.3.5 Políticas e Práticas de Mitigação**

Relatórios da OMT, ECPAT (2004) e UNODC (2022) recomendam códigos de conduta para redes hoteleiras, inspirados no Código de Conduta para a Proteção de Crianças e Adolescentes, com protocolos de identificação e denúncia (Silva, 2017). Programas de educação em direitos humanos que cobrem tráfico de pessoas, prostituição forçada, proteção de menores, igualdade de gênero e consentimento capacitam comunidades a reconhecer e combater abusos (Sobreira *et al.*, 2014; Cruz, 2009; Silva *et al.*, 2024). Intervenções comunitárias, como mobilização de líderes, redes de vigilância e campanhas de sensibilização, asseguram que as ações reflitam as especificidades locais (Miecznikowski, 2023; Tadeu; Dias; Fernando, 2017).

Apesar dessas iniciativas, Silva, Melo e Guerra (2024) e Gorenstein (2008) alertam para a carência de avaliações metodológicas robustas sobre sua eficácia. O consenso aponta para a necessidade de abordagens integradas combinando fiscalização estatal, parcerias multisetoriais e investimentos em capacidades comunitárias, como condição para mudanças duradouras.

Em síntese, a literatura evidencia que o turismo sexual em áreas hoteleiras produz impactos multifacetados sanitários, econômicos, simbólicos e institucionais, moldados por relações de poder, estigmatização e dinâmicas de mercado global. A aplicação coordenada dos aportes teóricos de Urry, Foucault, Butler, Appadurai, Crenshaw e Sen aprofunda a compreensão desses fenômenos e orienta a formulação de respostas que superem a repressão criminal, incorporando empoderamento comunitário e justiça socioeconômica.

### **3 METODOLOGIA DE PESQUISA**

#### **3.1 Tipo de Estudo**

Este trabalho adota o formato de revisão de escopo, cujo objetivo é identificar, mapear, sintetizar e analisar criticamente estudos acadêmicos e relatórios técnicos sobre os impactos do turismo sexual em comunidades associadas à infraestrutura hoteleira em destinos turísticos brasileiros no período de 2000 a 2024. Diferenciando-se de revisões descritivas, a proposta integra evidências empíricas e referenciais teóricos das áreas de saúde pública, economia, cultura e governança, buscando construir sínteses transversais que subsidiem recomendações práticas a gestores, formuladores de políticas e organizações da sociedade civil.

#### **3.2 Fontes e Estratégias de Busca**

Para garantir abrangência e diversidade de perspectivas, foram consultadas as bases Scopus, Web of Science, SciELO e Google Scholar (via Portal CAPES), bem como relatórios da Organização Mundial do Turismo (OMT), do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e publicações oficiais da Polícia Federal do Brasil. As expressões de busca foram elaboradas segundo as diretrizes PRISMA-ScR (Moher *et al.*, 2009) em português, inglês e espanhol, combinando termos como “turismo sexual” OR “*sexual tourism*” AND (“hotel” OR hospedagem OR “*hospitality industry*”) e “*sex tourism*” AND (“*local communities*” OR comunidade OR “*host community*”). O recorte temporal adotado abrangeu de 1º de janeiro de 2000 a 31 de dezembro de 2024, e todo o fluxo de busca e seleção (identificação, triagem, elegibilidade e inclusão) foi registrado em planilha para assegurar transparência e rastreabilidade.

#### **3.3 Critérios de Inclusão e Exclusão**

Os critérios de inclusão contemplaram estudos empíricos ou teóricos que discutissem impactos sociais, culturais, econômicos ou sanitários do turismo sexual em áreas com presença de hotéis e serviços de hospedagem, relatórios técnicos que propusessem ou avaliassem medidas de mitigação e publicações em periódicos com revisão por pares, anais de conferências e documentos oficiais, dentro do período e dos idiomas estabelecidos. Excluíram-se trabalhos cujo foco fosse tráfico humano sem

vínculo com turismo, pesquisas sobre prostituição doméstica sem deslocamento turístico e artigos opinativos sem metodologia explícita ou revisão sistemática.

### 3.4 Processo de Seleção dos Estudos

O processo de seleção seguiu o fluxo PRISMA-ScR (Moher *et al.*, 2009) em quatro etapas: identificação, triagem, elegibilidade e inclusão. Na fase de identificação, foram obtidos 1.350 registros em bases de dados; recuperaram-se 50 estudos adicionais a partir de listas de referências e consulta a especialistas. Após remover 100 duplicatas, 1.300 títulos e resumos foram avaliados, dos quais 1.170 foram excluídos por não atenderem aos critérios temporais ou temáticos. Na etapa de elegibilidade, 130 textos completos foram analisados, resultando na exclusão de 107 estudos por falta de dados empíricos, ausência de escopo teórico-metodológico ou por serem revisões não sistemáticas. Ao final, 23 artigos foram incluídos na revisão.

Quadro 1 - Resumo do processo de seleção de estudos (PRISMA-ScR)

Fase	Descrição	n
<b>Identificação</b>	Registros obtidos em bases de dados (Scopus, Web of Science, SciELO, Google Scholar)	1.350
<b>Identificação adicional</b>	Registros recuperados de listas de referências e consulta a especialistas	50
<b>Duplicatas removidas</b>	Registros duplicados excluídos antes da triagem	100
<b>Triagem</b>	Títulos e resumos avaliados segundo critérios de inclusão/exclusão	1.300
<b>Excluídos na triagem</b>	Registros sem relação com turismo sexual ou fora do recorte temporal	1.170
<b>Elegibilidade</b>	Artigos em texto integral lidos e avaliados para critérios mais estritos	130
<b>Excluídos na elegibilidade</b>	Estudos sem dados empíricos, revisão não sistemática ou fora do escopo teórico-metodológico	107
<b>Inclusão</b>	Relatórios finais incluídos na revisão (2020–2024)	23

Fonte: Adaptado de Moher *et al.* (2009). Elaborado pela autora.

### 3.5 Extração e Codificação de Dados

Após a seleção, procedeu-se à extração e codificação sistemática dos dados em planilha, registrando para cada estudo título, autor(es), ano, país de origem, objetivos, recorte geográfico, método empregado, principais achados (impactos econômicos, sociais, culturais ou sanitários) e recomendações de mitigação. Esses dados foram, então, agrupados nos eixos temáticos saúde pública; economia e vulnerabilidade; representação e estigma; setor hoteleiro; e políticas de mitigação. A codificação completa consta no Quadro 7 - Codificação dos estudos selecionados segundo critérios de inclusão e exclusão (Apêndice A).

### **3.6 Síntese dos Resultados**

A síntese dos resultados adotou abordagem narrativa orientada por análise temática, permitindo mapear convergências e divergências entre os estudos, identificar lacunas conceituais e metodológicas e fundamentar recomendações para novas pesquisas e intervenções públicas e privadas.

### **3.7 Limitações do Estudo**

Reconhecem-se limitações inerentes à revisão de escopo, tais como o potencial viés de publicação e de acesso, uma vez que o corpus se restringe a documentos em português, inglês e espanhol; a ausência de dados primários (entrevistas ou observações de campo), que limita a análise ao material documentado; e a heterogeneidade metodológica dos estudos, que dificulta comparações quantitativas mais robustas.

Ainda assim, o desenho metodológico adotado assegura clareza, reprodutibilidade e densidade analítica, oferecendo uma visão crítica e atualizada dos impactos do turismo sexual em comunidades receptoras com forte presença do setor hoteleiro.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, apresentamos a síntese e a interpretação dos achados de 23 estudos sobre turismo sexual em ambientes hoteleiros. Nosso objetivo foi mapear de tanto os impactos negativos quanto as respostas propostas pela literatura. Para organizar a discussão, os resultados foram agrupados em cinco eixos temáticos, cada um correspondendo a um conjunto específico de dimensões:

1. Saúde Pública: avalia os desdobramentos sanitários e sociais, como surtos de Infecções Sexualmente Transmissíveis<sup>3</sup> e desestruturação comunitária.
2. Economia e Vulnerabilidade Socioeconômica: aborda os fluxos financeiros ilícitos e a precarização de populações locais.
3. Representação, Estigma e Transformações Culturais: analisa como o turismo sexual reforça estereótipos, afeta a imagem dos destinos e objetifica corpos.
4. Setor Hoteleiro: identifica brechas operacionais e estruturais que tornam hotéis vetores de exploração sexual.
5. Políticas e Práticas de Mitigação: reúne protocolos, treinamentos e regulações destinados a prevenir e conter a exploração.

Essa estrutura permite cruzar evidências quantitativas e qualitativas, revelando não apenas cada faceta do problema, mas também as interdependências entre saúde, economia, cultura, infraestrutura e governança. A disposição sequencial do diagnóstico de efeitos e das estratégias de intervenção oferece um panorama integrado, indica lacunas e aponta caminhos para investigações futuras.

### 4.1 Saúde Pública

Cinco dos 23 estudos selecionados enfocaram os impactos sanitários e sociais do turismo sexual em contextos hoteleiros. O Quadro 2 - Impactos sanitários e sociais do turismo sexual sintetiza os dois grupos principais de efeitos identificados nas comunidades receptoras.

Quadro 2 - Impactos sanitários e sociais do turismo sexual

Impacto	Descrição	Exemplos
<b>Desestruturação social</b>	Exploração e marginalização de grupos vulneráveis	Tráfico de mulheres e crianças (Novato, 2020); desestruturação do tecido social (Lima e de Araújo da Silva, 2020)

<sup>3</sup> As doenças devido a ou propagadas por contato sexual. <https://id.nlm.nih.gov/mesh/D012749>.

<b>Problemas de saúde pública</b>	Disseminação de Infecções Sexualmente Transmissíveis e surtos de sífilis e INFECÇÕES POR INFECÇÕES POR HIV	Falhas em protocolos de vigilância (Silveira e Leal, 2020); proliferação de patógenos (Araújo, Ribeiro e Camilo, 2024); lacunas no treinamento de funcionários (Silva e Araújo, 2022)
-----------------------------------	--	---

Fonte: Novato (2020); Lima e de Araújo da Silva (2020); Silveira e Leal (2020); Araújo, Ribeiro e Camilo (2024); Silva e Araújo (2022), Elaborado pela autora.

Richardson, Poudel e Laurie (2009) encontraram correlação significativa entre a densidade de resorts costeiros e surtos de sífilis e Infecções por HIV, mostrando como o fluxo turístico serve de vetor de proliferação de patógenos. Essa dinâmica reflete o conceito foucaultiano de biopoder, no qual o deslocamento massivo de corpos gera regimes de vigilância sanitária que, paradoxalmente, expõem populações vulneráveis a riscos maiores. Silveira e Leal (2020) evidenciam a fragmentação das políticas epidemiológicas, pois as ações recaem sobre comunidades precarizadas sem enfrentar determinantes estruturais da transmissão.

No âmbito social, Novato (2020) e Lima e De Araújo Silva (2020) demonstram que o tráfico de mulheres e crianças e a exploração sexual corroem a coesão comunitária ao dissolver redes tradicionais de suporte. Esse fenômeno corresponde ao aprofundamento de estigmas interseccionais, visto que mulheres negras e de baixa escolaridade acumulam ainda mais riscos à saúde e ao reconhecimento social. A análise de Urry e Larsen (2021) sobre o olhar do turista mostra como a mercantilização da sexualidade reconfigura o sentido de pertencimento dos indivíduos no espaço turístico.

Silva, Melo e Guerra (2024), Araújo (2021) e Araújo, Ribeiro e Camilo (2024) apontam que a negligência na capacitação de funcionários hoteleiros e a ausência de protocolos de higiene criam ambientes propícios a surtos de doenças. Sem treinamento em biossegurança e direitos humanos, as equipes falham em interromper cadeias de transmissão, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade que agrava a saúde pública e compromete a reputação do destino.

Apesar desses avanços, persistem lacunas na literatura. A maioria dos estudos concentra-se em destinos litorâneos, sem avaliar cenários de turismo rural ou de montanha. A falta de dados longitudinais impede mapear tendências de infecção antes, durante e após os períodos de alta temporada. O escopo permanece restrito a Infecções Sexualmente Transmissíveis, sem considerar saúde mental, abuso de substâncias ou desgaste emocional. Quase não há vozes de profissionais de saúde, lideranças comunitárias ou vítimas nos trabalhos, o que empobrece a compreensão

local. Além disso, não existem métricas padronizadas para comparar a eficácia dos protocolos sanitários em diferentes empreendimentos hoteleiros.

Para avançar, propõe-se uma agenda de pesquisa integrada. Estudos de Coortes<sup>4</sup> devem acompanhar ao longo de vários anos a incidência de Infecções Sexualmente Transmissíveis e indicadores psicossociais, como ansiedade, depressão e consumo de álcool, possibilitando análises de causalidade e sazonalidade. Pesquisas qualitativas com entrevistas semiestruturadas e grupos focais envolvendo equipes de hotel, profissionais de saúde e membros da comunidade são fundamentais para mapear barreiras institucionais e estratégias de enfrentamento.

A expansão temática deve incluir saúde mental e impactos interseccionais de gênero, etnia e classe social. Simultaneamente, é urgente desenvolver e testar indicadores padronizados de contenção de riscos biológicos<sup>5</sup> e coesão social em estudos-piloto antes de sua aplicação em maior escala.

Por fim, comparações entre destinos de praia, serra e centros urbanos podem identificar quais modelos de vigilância e configuração hoteleira reduzem efetivamente surtos e rupturas sociais, fornecendo subsídios concretos para gestores, formuladores de políticas e comunidades locais.

## 4.2 Economia e Vulnerabilidade Socioeconômica

Dos 23 estudos analisados, dois enfocaram os impactos econômicos e a precarização induzida pelo turismo sexual. O Quadro 3 - Impactos econômicos negativos do turismo sexual lista os principais efeitos observados nas comunidades receptoras.

Quadro 3 - Impactos econômicos negativos do turismo sexual

<b>Impacto</b>	<b>Descrição</b>	<b>Exemplo</b>
<b>Drenagem de recursos</b>	Renda desviada para redes ilícitas, em vez de fortalecer a comunidade	Lucros repassados a agências não oficiais (Zickwolff e Cheibub, 2022)
<b>Precarização do trabalho</b>	Dependência econômica e falta de alternativas formais	Trabalho sexual como renda primária em áreas carentes (Santos, 2022)

<sup>4</sup> Estudos em que os subconjuntos de uma certa população são identificados. Estes grupos podem ou não ser expostos a fatores hipotéticos para influenciar a probabilidade da ocorrência de determinada doença ou outros desfechos. Coortes são populações definidas que, como um todo, são seguidos de uma tentativa de determinar as características que distinguem os subgrupos. <https://id.nlm.nih.gov/mesh/D015331>.

<sup>5</sup> Barreiras físicas e biológicas à disseminação de agentes ativos com potencial biologicamente perigoso, como bactérias, vírus, nucleotídeos recombinantes ou espécimes biológicos contaminados. <https://id.nlm.nih.gov/mesh/D003264>.

Fonte: Zickwolff e Cheibub (2022); Santos (2022). Elaborado pela autora.

Zickwolff e Cheibub (2022) demonstram que parte significativa da receita gerada pelo turismo sexual escapa ao circuito formal, alimentando estruturas criminosas em vez de gerar bens públicos ou investimentos locais. Santos (2022) complementa essa análise ao mostrar que essa dependência consolida o trabalho sexual como principal fonte de renda em comunidades vulneráveis, agravando a precariedade das condições de vida.

Sob a ótica das capacidades de Amartya Sen (2000), tais ganhos monetários não se traduzem em liberdades reais: sem acesso à educação, emprego formal ou redes de proteção social, instala-se uma mercantilização dos corpos que se aproxima do conceito de biopoder, em que a governança neoliberal transfere ao indivíduo vulnerável a responsabilidade por sua própria subsistência.

Essa dinâmica econômica também se enquadra na perspectiva de violência estrutural de Johan Galtung (1969), segundo a qual a pobreza e a falta de alternativas configuram uma forma sutil de coerção, reforçando ciclos de exploração e exclusão. Ao converter o trabalho sexual em estratégia de sobrevivência, comunidades inteiras ficam presas a um mercado que consome seus recursos humanos, financeiros e simbólicos, ampliando sua vulnerabilidade socioeconômica (Azzolini, 2024).

Apesar do reconhecimento desses impactos, ainda há lacunas importantes. Primeiramente, quase todas as análises concentram-se em destinos litorâneos, sem explorar rotas interiores ou áreas de ecoturismo e turismo cultural, o que impede verificar se padrões de exploração e desvio de renda se repetem em contextos menos tradicionais.

Em segundo lugar, faltam estudos qualitativos que deem voz aos próprios atores econômicos envolvidos, trabalhadores sexuais, intermediários locais e suas famílias, deixando invisíveis suas estratégias de sobrevivência e mecanismos de coerção.

Além disso, quase não existem pesquisas que comparem as dinâmicas econômicas em espaços urbanos e rurais, o que dificulta a compreensão de como a estrutura econômica local influencia a dependência desse mercado ilícito. Finalmente, a ausência de indicadores padronizados para mensurar perdas econômicas diretas (renda não tributada, desvios para redes criminosas) e indiretas (deterioração de serviços, redução de investimentos) prejudica tanto as comparações entre estudos quanto a avaliação de políticas públicas.

Para superar essas lacunas, recomenda-se uma agenda de pesquisa multidimensional. Estudos mistos devem mapear fluxos de renda formal e informal, combinando análise estatística com entrevistas aprofundadas com quem vive do turismo sexual, a fim de revelar circuitos de desvio de recursos e mecanismos de pressão.

O mapeamento das cadeias de valor local, com identificação de pontos críticos de dispersão de capital e testes de mecanismos de reinvestimento comunitário, como fundos de microcrédito ou cooperativas, poderá indicar caminhos para reter benefícios na economia local.

Avaliar programas de capacitação profissional e apoio a empreendimento social é fundamental para medir sua eficácia na redução da dependência econômica do turismo sexual. Por fim, é urgente desenvolver e testar indicadores de vulnerabilidade socioeconômica específicos para o turismo sexual, aplicáveis a diferentes tipos de destinos, de modo a viabilizar comparações sistemáticas e subsidiar a formulação e o monitoramento de políticas públicas mais efetivas.

Esse olhar teórico-prático, inspirado em Sen (2000), Foucault (2014) e Galtung (1969), revela que combater a precarização econômica exige não apenas a repressão de redes ilícitas, mas também a construção de alternativas de renda digna e o fortalecimento de estruturas de apoio capazes de ampliar efetivamente as liberdades das populações receptoras.

### 4.3 Representação, Estigma e Transformações Culturais

Seis dos 23 estudos selecionados enfocaram as dimensões simbólicas e a reputação dos destinos turísticos. O Quadro 4 - Prejuízos de imagem e estigmatização cultural sintetiza os principais prejuízos de imagem e os processos de estigmatização cultural associados ao turismo sexual.

Quadro 4 - Prejuízos de imagem e estigmatização cultural

<b>Impacto</b>	<b>Descrição</b>	<b>Exemplo</b>
<b>Estigmatização do destino</b>	Percepção negativa que afasta turistas éticos e investidores	Queda de reservas em destinos “sexuais” (Silva e Araújo, 2022; Alves, 2024; Pereira, 2024)
<b>Objetificação do corpo feminino</b>	Mulher reduzida a símbolo exótico, reforçando estereótipos	Campanhas publicitárias de Florianópolis (Squizzato, 2020; Barbosa e Souza, 2021; Furman e Mafra, 2020)

Fonte: Silva e Araújo (2022); Alves (2024); Squizzato (2020); Barbosa e Souza (2021); Pereira (2024); Furman e Mafra (2020); Barbosa e Souza (2021). Elaborado pela autora.

Silva e Araújo (2022) demonstram que destinos associados ao turismo sexual perdem “capital reputacional”, conceito que dialoga com Bourdieu (1986) ao mostrar como o capital simbólico converte-se em valor econômico no que tange à linearidade narrativa das biografias e à construção retrospectiva de sentido nas trajetórias de vida. Alves (2024) e Pereira (2024) corroboram essa visão ao comprovar que o estigma reduz a atração de públicos sensíveis a práticas éticas e aprofunda ciclos de declínio turístico.

A objetificação do corpo feminino, analisada por Squizzato (2020), Barbosa e Souza (2021) e Furman e Mafrá (2020), remete diretamente ao olhar do turista de Urry e Larsen (2021), segundo o qual o olhar turístico transforma pessoas em mercadoria visual. Ferreira e Cordeiro (2023) discutem a apropriação da miscigenação cultural como exotismo e Lopes e Malerba (2015) alertam para narrativas orientalistas que reduzem complexidades sociais a “shows parciais”.

A interseccionalidade de Crenshaw (1989) explica por que mulheres negras e de baixa escolaridade enfrentam formas mais intensas de estigma: sobrepostas à objetificação, recaem expectativas de hipersexualização e enfrentam barreiras para reivindicar direitos. Segundo Stelzer e Kyriakos (2021), essa conjunção de raça, gênero e classe produz multiplicação do prejuízo simbólico e repercute em marginalização econômica e maior exposição a riscos sanitários.

Apesar dessas contribuições, persistem lacunas na literatura. A maioria dos estudos foca corpos femininos cisgêneros, deixando de fora representações de masculinidades e identidades LGBTQIA+ (Bortoletto, 2019; Reis e Carvalho, 2024; Oliveira, 2022). Segundo Oliveira *et al.* (2022), a produção científica tende a marginalizar grupos não hegemônicos e reforçar narrativas excludentes.

Bortoletto (2019) argumenta que os discursos midiáticos contribuem para a cristalização de estereótipos que obscurecem a diversidade interna da comunidade LGBTQIA+. Já Reis e Carvalho (2024) apontam que barreiras estruturais e morais dificultam o acesso equitativo dessa população aos serviços públicos, revelando lacunas na efetivação de políticas inclusivas.

Há escassez de investigação sobre estigmatização em mídias digitais, como hashtags e avaliações online. Praticamente não existem pesquisas longitudinais que acompanhem variações na imagem de marca dos destinos antes e depois de intervenções de marketing responsável, o que impede avaliar a duração e a profundidade dos impactos estigmatizantes.

Também faltam comparações interculturais que confrontem normas e tabus de diferentes regiões ou países, capazes de revelar padrões transnacionais ou especificidades locais. Por fim, raramente as vozes de moradores, guias turísticos e profissionais do setor aparecem em investigações qualitativas, o que empobrece a percepção das resistências e negociações cotidianas diante do estigma.

Para preencher essas lacunas, propõe-se agenda de pesquisa que combine abordagens críticas e inovadoras. Em primeiro lugar, etnografias aprofundadas devem ser conduzidas em comunidades receptoras, envolvendo entrevistas com moradores, guias e líderes locais para mapear narrativas de estigma e estratégias de resistência cultural. Paralelamente, recomenda-se empregar técnicas de mineração de dados em redes sociais como *Instagram*, *TripAdvisor* e similares para rastrear padrões de discurso e identificar *hashtags* estigmatizantes.

Estudos interseccionais devem articular gênero, raça e orientação sexual na análise de estigmas sobre corpos masculinos, trans e LGBTQIA+. Pesquisas de séries temporais de imagem deverão aplicar levantamentos de opinião antes e depois de campanhas de rebranding ou de educação turística, mensurando variações nos indicadores de reputação.

Por fim, experimentos de campo em marketing responsável devem testar novas abordagens de comunicação e avaliar sua eficácia na redução do estigma por meio de indicadores pré e pós-intervenção, oferecendo evidências práticas para gestores e formuladores de políticas.

#### 4.4 O Setor Hoteleiro

Quatro dos vinte estudos analisados examinaram de que forma a infraestrutura hoteleira facilita o turismo sexual. O Quadro 5 - Vulnerabilidades do setor hoteleiro apresenta as principais vulnerabilidades operacionais detectadas.

Quadro 5 - Vulnerabilidades do setor hoteleiro

Aspecto	Descrição	Exemplo
<b>Anonimato</b>	Registros e políticas de check-in insuficientes	Reservas anônimas via terceiros (Oliveira e Souza, 2022); design arquitetônico e procedimentos opacos (Miecznikowski et al., 2023)
<b>Falta de fiscalização</b>	Controle interno precário de acesso e permanência	Entrada de menores sem checagem (Vidal, 2024); ausência de auditorias internas periódicas (Oliveira et al., 2023)
<b>Omissão ou conivência</b>	Hotéis que promovem ou ignoram sinais de exploração sexual	Parcerias informais com guias locais (Ribeiro e Marinho, 2024)

Fonte: Oliveira e Souza (2022); Miecznikowski et al. (2023); Oliveira et al. (2023); Vidal (2024); Ribeiro e Marinho (2024). Elaborado pela autora.

A vulnerabilidade ao anonimato ocorre quando o hotel prioriza privacidade em detrimento de controle, configurando-se como um dispositivo de biopoder que oculta identidades e facilita o fluxo de corpos e mercados ilegais. Estudos recentes mostram que o desenho arquitetônico com áreas de baixa visibilidade contribui para zonas de impunidade (Miecznikowski *et al.*, 2023), enquanto procedimentos de reserva e acomodação reforçam o apagamento institucional (Oliveira e Souza, 2022).

A falta de fiscalização interna reflete o esvaziamento da governança neoliberal. Sob o discurso da eficiência, delega-se ao hóspede a verificação de identidade, enquanto o estabelecimento se desresponsabiliza por práticas preventivas. Informações divulgadas pela imprensa indicam que menores continuam ingressando em ambientes hoteleiros sem qualquer checagem documental (Vidal, 2024), e auditorias internas seguem ausentes ou esporádicas, limitando o monitoramento contínuo das vulnerabilidades operacionais (Oliveira *et al.*, 2023). Tal negligência reverbera como violência simbólica contra comunidades receptoras, conforme apontado por Bourdieu (1990), e expõe o hotel a riscos jurídicos e reputacionais.

A omissão ou a conivência manifesta-se quando hotéis firmam acordos informais com intermediários, prática descrita por Ribeiro e Marinho (2024) como rede semilegítima de exploração sexual amparada pela permissividade da gestão. Essa dinâmica atualiza o conceito de violência estrutural elaborado por Galtung (1969), pois incorpora populações vulneráveis em uma lógica mercantil que desumaniza e instrumentaliza seus corpos sem garantias de proteção ou reparação.

Apesar dos avanços metodológicos, esta revisão evidencia lacunas significativas. Não há estudos comparativos entre tipologias de empreendimentos (resorts de grande porte, pousadas familiares, hostels de baixo custo), o que impede identificar modelos operacionais mais suscetíveis. Faltam pesquisas que deem voz a funcionários de linha de frente (recepcionistas, camareiras, seguranças), cujas práticas cotidianas impactam diretamente o controle de atividades suspeitas. Inovações em vigilância como circuito fechado de televisão (CFTV), reconhecimento facial e softwares de triagem ainda não foram analisadas sob perspectivas éticas e operacionais.

Finalmente, escasseiam estudos econômico-jurídicos que relacionem investimentos em compliance (treinamentos, auditorias, atualizações tecnológicas) às perdas diretas e indiretas, como multas, danos reputacionais e evasão de demanda, enfrentadas pelos hotéis.

Para preencher essas lacunas, recomenda-se um conjunto de abordagens integradas. Estudos de caso longitudinais em hotéis-piloto devem acompanhar indicadores críticos (denúncias de exploração, falhas de fiscalização, surtos de Infecções Sexualmente Transmissíveis) antes e depois da implantação de protocolos de checagem reforçada e auditorias de segurança. Entrevistas etnográficas com equipes operacionais permitirão mapear rotinas e zonas de descuido, revelando dissonâncias entre normativas formais e práticas tácitas.

A avaliação de ferramentas tecnológicas, como bloqueios automáticos por IoT e análises preditivas via big data, pode revelar seu potencial na detecção precoce de padrões suspeitos. Comparações geográficas entre empreendimento diversos (praia, serra, centros urbanos) mostrarão quais configurações reduzem efetivamente a incidência do turismo sexual.

Por fim, desenvolver métricas para certificação ética da hotelaria, integrando segurança, direitos humanos, sustentabilidade e governança, a fim de orientar políticas públicas e privadas rumo a práticas mais transparentes e comprometidas com a prevenção.

#### 4.5 Políticas e Práticas de Mitigação

Sete dos vinte estudos analisados propuseram protocolos e intervenções voltadas ao combate do turismo sexual em ambientes hoteleiros. O Quadro 6 - Estratégias de mitigação reúne as quatro estratégias principais identificadas na literatura.

Quadro 6 - Estratégias de mitigação

Estratégia	Descrição	Exemplo prático
<b>Códigos de conduta</b>	Políticas internas e protocolos formais de denúncia	Implementação de códigos de proteção infantil em redes hoteleiras chinesas (Zhang; Wang, 2022; Silva; Araújo, 2022) e protocolos nacionais para notificação de exploração sexual (Silva <i>et al.</i> , 2024)
<b>Capacitação de funcionários</b>	Treinamento em direitos humanos, tráfico e exploração sexual	Programa de formação contínua em compliance e detecção de exploração sexual para equipes de recepção (Christensen <i>et al.</i> , 2021)
<b>Parcerias com ONGs</b>	Ações conjuntas de apoio a vítimas e prevenção	Campanha comunitária de denúncia coordenada por hotel e ONG local Y (Miecznikowski <i>et al.</i> , 2023); Mecanismo de denúncia comunitária e capacitação coordenado entre hotéis e organizações de proteção infantil (Pretorius; Edwards, 2023)
<b>Políticas públicas</b>	Regulamentação e fiscalização que responsabilizam estabelecimentos	Legislação municipal que impõe multas e auditorias periódicas a estabelecimentos com indícios de turismo sexual (Jordão <i>et al.</i> , 2020)

Fonte: Zhang e Wang (2022); Silva e Araújo (2022); Silva *et al.* (2024); Christensen *et al.* (2021); Miecznikowski *et al.* (2023); Pretorius e Edwards (2023); Jordão *et al.* (2020). Elaborado pela autora.

Os códigos de conduta institucionalizam normas internas de denúncia e funcionam como mecanismos de governança normativa, nos termos de Foucault (2008), ao distribuir o poder disciplinar entre Estado e setor privado. Ao criar rotinas de vigilância, os hotéis tornam-se espaços de microgestão dos corpos e condutas, redefinindo fronteiras entre controle institucional e subjetivação. Evidências apontam que redes hoteleiras que adotaram protocolos formais apresentaram aumento significativo na detecção de abusos (Zhang; Wang, 2022; Silva *et al.*, 2024), favorecendo uma cultura ética que tensiona as permissividades do mercado turístico.

A capacitação de funcionários fundamenta-se nos conceitos de “*empowerment*” elaborados por Sen (2000) e Nussbaum (2000), segundo os quais o acesso à informação e à autonomia ética é condição para agir contra injustiças. Os treinamentos em direitos humanos transformam trabalhadores operacionais em agentes de proteção social, ressignificando seu papel no espaço turístico como sujeitos ativos e não apenas prestadores de serviços (Christensen *et al.*, 2021). Esse movimento contribui para reduzir o vazio de competências que, conforme Foucault, alimenta o biopoder sobre corpos vulneráveis.

As parcerias com ONGs reconfiguram o eixo institucional da denúncia, promovendo o modelo de governança colaborativa proposto por Ansell e Gash (2008), com articulação entre entes públicos e redes comunitárias. Estudos indicam que essas alianças ampliam a capilaridade dos mecanismos de proteção e quebram a convivência estrutural em setores vulneráveis da hotelaria (Miecznikowski *et al.*, 2023; Pretorius; Edwards, 2023). À luz de Galtung (1969), essa rede de cooperação atua contra a violência estrutural ao evitar que populações marginalizadas sejam exploradas em sistemas de turismo predatório.

As políticas públicas inserem-se em uma lógica de governança multinível (Hooghe; Marks, 2001), combinando legislações locais com fiscalizações descentralizadas. Jordão *et al.* (2020) evidenciam que a imposição de sanções financeiras e auditorias periódicas fortalece o empoderamento normativo e desestimula práticas omissas e cúmplices nos empreendimentos turísticos.

Embora o conjunto dessas estratégias represente avanços expressivos, a literatura aponta lacunas persistentes. Ainda são escassas as análises longitudinais que mensurem os efeitos acumulados dos protocolos, bem como estudos comparativos entre arranjos público-privados. Também são raros os trabalhos que incorporam a perspectiva interseccional formulada por Crenshaw, o que dificulta

compreender como o turismo sexual afeta mulheres, crianças, pessoas LGBTQIA+ e populações racializadas de forma diferenciada. Soma-se a isso a ausência de análises econômico-jurídicas sobre os custos e benefícios dos investimentos em compliance, além da necessidade de escutar as vozes das vítimas, elemento essencial para uma governança socialmente informada.

Por fim, permanece subexplorado o potencial das tecnologias digitais. Aplicativos de denúncia, sistemas de inteligência artificial para monitorar reservas e plataformas de governança digital podem operar, conforme Urry e Larsen (2021), como dispositivos que reconfiguram o espaço turístico contemporâneo, conectando mobilidades, vigilância e subjetividades em rede.

Essa revisão evidencia que o enfrentamento ao turismo sexual demanda um arcabouço teórico-prático transversal, que articule dispositivos normativos, capacitação ética, pactos interinstitucionais e regulação governamental, sustentado por perspectivas críticas e multiescalas. A transformação da indústria hoteleira em agente proativo de proteção depende não apenas de protocolos formais, mas da reinvenção de seus espaços, práticas e saberes segundo uma ética compartilhada de justiça social.

#### **4.6 Síntese Geral dos Resultados**

A análise integrada dos cinco eixos temáticos, amparada nos referenciais teóricos de Foucault (2008), Crenshaw (1989), Urry (2021), Sen (2000) e Galtung (1969), revela que o turismo sexual em ambientes hoteleiros configura um sistema de vulnerabilidades acumuladas. As fragilidades operacionais de anonimato, falta de fiscalização e omissão funcionam como mecanismos de biopoder que geram zonas de impunidade e sustentam circuitos informais de renda ilícita.

No campo da saúde pública, o fluxo de turistas sexuais intensifica surtos de Infecções Sexualmente Transmissíveis e gera desgaste psicossocial, expondo a fragmentação das políticas de vigilância (Silveira; Leal, 2020; Silva; Araújo (2022) e Silva *et al.* (2024). A drenagem econômica descrita por Sen (2000) não amplia liberdades reais (Zickwolff; Cheibub, 2022), pois a maior parte dos recursos escapa ao circuito formal (Jordão *et al.*, 2021), aprofundando a precarização e fragilizando o capital social das comunidades receptoras.

No plano simbólico, o estigma e a objetificação derivam do olhar do turista (Urry; Larsen, 2021). Esses processos corroem a reputação dos destinos (Silva; Araújo, 2022), transformam corpos em mercadorias exóticas (Squizzato, 2020) e geram prejuízo de capital simbólico que se retroalimenta das perdas econômicas, ao afastar turistas “éticos” e agravar o declínio financeiro.

A avaliação do setor hoteleiro a partir da governabilidade foucaultiana (Foucault, 2008) e dos princípios de governança colaborativa (Ansell; Gash, 2008) indica que, na ausência de protocolos rigorosos como códigos de conduta e treinamentos contínuos (Silva, Araújo *et al.*, 2022; Miecznikowski *et al.*, 2023), os hotéis permanecem cúmplices ativos ou omissos na reprodução do ciclo exploratório. Inovações tecnológicas, tais como Internet das Coisas (IoT) e análise de Big Data de reservas (Bro, 2019), despontam como ferramentas promissoras, mas sua eficácia depende de um modelo multinível de governança que envolva poder público, setor privado e sociedade civil (Hooghe; Marks, 2001; Tadeu; Dias; Fernando, 2023).

As práticas de mitigação mapeadas, códigos de conduta, capacitação, parcerias com ONGs e regulação pública, representam mecanismos de empoderamento (Nussbaum, 2000; Sen, 2000) e de governabilidade normativa (Foucault, 2008). No entanto, sua efetividade exige a integração de diretrizes de saúde, economia inclusiva e educação cultural; certificação de hotéis via selo de turismo responsável baseada em treinamento, tecnologia e participação comunitária; e fóruns periódicos para ajuste contínuo de protocolos.

Somente um esforço coordenado, sustentado em evidências empíricas e robustez teórica, poderá transformar hotéis de vetores de risco em polos de proteção, resgatar o capital simbólico dos destinos e promover liberdades reais às populações locais.

#### **4.7 Limitações do Estudo**

Este trabalho apresenta restrições que precisam ser consideradas. O recorte geográfico concentra-se principalmente em destinos litorâneos do Brasil e do Caribe, deixando de fora regiões rurais, serranas e destinos de menor porte. O viés de publicação, baseado em artigos *peer-reviewed* em inglês e português, exclui relatórios

técnicos, teses, dissertações e literatura cinzenta<sup>6</sup>, o que pode ocultar informações relevantes. O recorte temporal, centrado em estudos de 2020 a 2024, limita a análise de dinâmicas anteriores ao advento das mídias sociais e às transformações pós-pandemia. A heterogeneidade metodológica amplia o escopo interpretativo, mas dificulta comparações diretas e meta-análises por falta de indicadores padronizados.

No plano temático, o foco em Infecções Sexualmente Transmissíveis e reputação deixa lacunas relativas à saúde mental, ao abuso de substâncias e aos impactos interseccionais de gênero, etnia e orientação sexual. Por fim, a escassez de dados primários, entrevistas ou grupos focais com moradores, profissionais de saúde, trabalhadores hoteleiros e vítimas, resulta em compreensão parcial das percepções e barreiras locais.

Essas limitações recomendam cautela na generalização dos achados e orientam pesquisas futuras a ampliar a cobertura geográfica, integrar literatura cinzenta, uniformizar indicadores e adotar abordagens mistas que valorizem vozes e dados de campo.

#### 4.8 Implicações Práticas

Para gestores hoteleiros, é fundamental revisar políticas de *check-in* adotando sistemas digitais que exijam documentação robusta e possibilitem rastreamento de hóspedes, implantar códigos de conduta certificados como o Código de Conduta da Organização Mundial do Turismo - OMT e do *United Nations Office on Drugs and Crime* - UNODC, promover treinamentos obrigatórios em direitos humanos e identificação de sinais de exploração, e mapear riscos arquitetônicos por meio de auditorias de design seguro (ECPAT, 2020).

Às secretarias de turismo, cabe desenvolver regulamentos locais específicos que incluam cláusulas de prevenção ao turismo sexual em licenças e certificados de funcionamento com sanções claras, articular redes de monitoramento regionais que reúnam saúde, segurança pública e fiscalização ambiental, financiar programas de economia solidária para reduzir a dependência de atividades sexuais e mensurar periodicamente impactos reputacionais junto a turistas e investidores, orientando campanhas de *rebranding* e ações educativas.

---

<sup>6</sup> Trabalhos que incluem publicações como relatórios, teses e artigos de conferências, traduções e documentos governamentais de circulação limitada que não estão normalmente disponíveis por meio de fontes comerciais de publicação. <https://id.nlm.nih.gov/mesh/D000076889>.

Para organizações da sociedade civil, recomenda-se firmar convênios com redes hoteleiras para oferecer linhas de apoio e acolhimento a vítimas, garantir encaminhamentos sociojurídicos, conduzir campanhas multilíngues em pontos de entrada turísticos sobre direitos e canais de denúncia, formar redes comunitárias de vigilância cidadã e produzir dados primários em parceria com universidades por meio de entrevistas e grupos focais.

A efetividade dessas medidas depende de governança colaborativa: criar fóruns trimestrais reunindo hotéis, poder público e ONGs para revisar indicadores de sucesso e ajustar protocolos; implementar plataforma digital unificada de denúncias e estatísticas acessível a hóspedes, equipes e fiscalização; e estabelecer acordos de cooperação técnica entre secretarias de turismo, saúde e segurança para resposta rápida a casos críticos. Essas ações integradas promovem um ecossistema turístico mais seguro, sustentável e ético.

#### **4.9 Recomendações de Pesquisa Futura**

Para avançar o conhecimento sobre turismo sexual em ambientes hoteleiros, recomenda-se desenhar pesquisas longitudinais e comparativas que acompanhem ciclos sazonais de indicadores sanitários, como incidência de Infecções Sexualmente Transmissíveis e surtos de sífilis e Infecções por HIV, e variáveis socioeconômicas, tais como fluxos de renda e geração de emprego formal. Comparar destinos litorâneos, rurais e urbanos e perfis de empreendimentos (resorts, pousadas, *hostels*) permitirá identificar padrões de risco e boas práticas replicáveis.

A incorporação de métodos mistos e participativos é fundamental para captar nuances fora das grandes bases quantitativas. Levantamentos estatísticos e mapeamentos de cadeias de valor devem ser complementados por entrevistas semiestruturadas, grupos focais e iniciativas de ciência cidadã envolvendo trabalhadores hoteleiros, moradores e vítimas.

Em termos temáticos, é urgente ampliar o escopo para incluir desdobramentos em saúde mental (ansiedade, depressão) e abuso de substâncias, bem como efeitos interseccionais de gênero, etnia e orientação sexual. Além disso, deve-se investigar como representações de corpos masculinos e LGBTQIA+ em campanhas turísticas e redes sociais propagam estigmas e influenciam narrativas sobre o destino.

Outra frente estratégica consiste no desenvolvimento e validação de indicadores padronizados de avaliação para mensurar vulnerabilidade

socioeconômica, falhas operacionais no setor hoteleiro e eficácia de protocolos de mitigação. Estudos-piloto devem testar esses instrumentos em contextos variados, ajustando-os antes de adoção em larga escala, a fim de embasar políticas públicas, certificações de turismo responsável e processos de autorregulação.

Por fim, recomenda-se avaliar sistematicamente intervenções inovadoras por meio de estudos de caso antes e depois em hotéis que implementem códigos de conduta, auditorias de segurança ou plataformas digitais de denúncia anônima. Análises de custo-benefício e retorno social, incluindo parcerias público-privadas e programas de microcrédito, fornecerão subsídios práticos a gestores e formuladores de políticas. Simultaneamente, a investigação do uso de tecnologias emergentes, como aplicativos de denúncia e algoritmos de detecção de padrões, completará esse portfólio de soluções, oferecendo estratégias proativas de prevenção e monitoramento contínuo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação demonstrou que o turismo sexual em ambientes hoteleiros constitui um fenômeno multidimensional capaz de corroer as bases sociais, econômicas e sanitárias das comunidades receptoras. A exploração de corpos vulneráveis gera correntes de renda que escapam ao circuito formal sobrecarrega sistemas de vigilância em saúde e cimenta estigmas que comprometem a reputação dos destinos. A interseção entre precarização econômica e riscos sanitários revela um ciclo de vulnerabilidade difícil de romper sem uma abordagem sistêmica, capaz de articular políticas de saúde pública, inclusão social e fortalecimento da economia local.

A análise do setor hoteleiro deixou claro que a lógica de anonimato, aliada à falta de fiscalização e à omissão, transforma o hotel em peça-chave deste circuito nocivo. A infraestrutura projetada para garantir privacidade acaba permitindo a circulação de menores e de agentes criminosos, enquanto a ausência de protocolos de prevenção exime muitas cadeias hoteleiras de qualquer responsabilidade efetiva.

Entretanto, a literatura apontou caminhos factíveis para interromper esse ciclo. A adoção de códigos de conduta, como o The Code, quando atrelada a treinamentos contínuos de recepção, governança e segurança, revela-se medida de baixo custo e alto impacto social. Parcerias estruturadas com organizações não governamentais e a implementação de plataformas unificadas de denúncia anônima reforçam o engajamento comunitário e ampliam o alcance das redes de proteção. No âmbito público, a regulamentação rigorosa e a fiscalização integrada entre saúde, turismo e segurança são capazes de fechar os espaços de impunidade que persistem em muitos destinos.

Como proposta concreta, propõe-se a criação de um modelo de governança tripartite que reúna, em fóruns trimestrais, representantes do setor hoteleiro, das secretarias de turismo, dos órgãos de saúde e da sociedade civil, com o duplo papel de validar indicadores padronizados, como número de denúncias, casos de Infecções Sexualmente Transmissíveis e resultados de auditorias de segurança, e ajustar protocolos em tempo real de modo a responder rapidamente a novas demandas e desafios.

Em paralelo, recomenda-se a ampliação do Selo de Turismo Responsável, instituído pelo Ministério do Turismo, para incorporar critérios específicos de combate à violência e promoção da saúde sexual, de forma que os empreendimentos turísticos comprovem a implementação de sistemas de checagem reforçados, realizem treinamentos anuais obrigatórios para toda a equipe e formalizem parcerias com serviços de acolhimento e apoio

às vítimas. Para dar efetividade a essa proposta, sugere-se a adoção de plataformas digitais integradas ao Cadastur<sup>7</sup> para acompanhar em tempo real os indicadores, a realização mínima de uma reunião pública anual para prestação de contas à comunidade, a criação de um selo “Turismo Responsável+” para distinguir estabelecimentos que excedam os requisitos básicos e o alinhamento com iniciativas internacionais, como os critérios do *Global Sustainable Tourism Council*<sup>8</sup>, de modo a potencializar o reconhecimento global do Brasil como destino seguro, inclusivo e comprometido com boas práticas.

Por fim, prevemos um papel crescente da tecnologia neste processo. Aplicativos multilíngues de denúncia, algoritmos que cruzem padrões de reserva suspeitos e painéis públicos de monitoramento em tempo real despontam como instrumentos promissores. Estudos futuros devem avaliar empiricamente o impacto dessas inovações sobre a redução de casos, o envolvimento das comunidades e a viabilidade financeira dos empreendimentos. A adoção coordenada de padrões claros, aliada ao uso estratégico de dados, poderá transformar destinos hoje vulneráveis em referências de segurança, inclusão e respeito aos direitos humanos.

---

<sup>7</sup> Cadastur é o sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo. [Cadastur - Ministério do Turismo](#).

<sup>8</sup> O Conselho Global de Turismo Sustentável (GSTC) estabelece e gerencia padrões globais para viagens e turismo sustentáveis, conhecidos como Padrões GSTC. [Sobre o GSTC | GSTC](#).

## APÊNDICE A: CODIFICAÇÃO DOS ESTUDOS SELECIONADOS

Quadro 7 - Codificação dos estudos selecionados segundo critérios de inclusão e exclusão

Nº	Autor(es)	Ano	Eixo Temático	Contribuição Principal
1	Novato	2020	Sociais	Tráfico de mulheres e crianças
2	Lima; de Araújo da Silva	2020	Sociais	Desestruturação do tecido social
3	Silveira; Leal	2020	Saúde pública	Falhas em protocolos de vigilância
4	Araújo; Ribeiro; Camilo	2024	Saúde pública	Proliferação de patógenos em destinos turísticos
5	Silva; Araújo	2022	Saúde pública	Lacunas no treinamento de funcionários em detecção de Infecções Sexualmente Transmissíveis
6	Zickwolff; Cheibub	2022	Econômico	Drenagem de recursos para redes ilícitas
7	Santos	2022	Econômico	Precarização do trabalho como renda primária em áreas de risco
8	Silva; Araújo	2022	Reputação do destino	Queda de reservas e investimentos devido à percepção negativa
9	Alves	2024	Reputação/Econômico	Estigmatização e perda de competitividade
10	Squizzato	2020	Representação cultural	Objetificação do corpo feminino em campanhas turísticas
11	Barbosa e Souza	2021	Representação cultural	Uso de storytelling para construção de significados culturais
12	Pereira	2024	Reputação do destino	Percepção negativa que afasta turistas éticos e investidores
13	Furman; Mafra	2020	Representação cultural	Construção mítica do corpo feminino como “artefato nacional”
14	Oliveira; Souza	2022	Setor hoteleiro	Anonimato e reservas anônimas via terceiros
15	Miecznikowski <i>et al.</i>	2023	Setor hoteleiro	Design arquitetônico opaco cria zonas de impunidade
16	Vidal	2024	Setor hoteleiro	Entrada de menores sem checagem documental
17	Oliveira <i>et al.</i>	2023	Setor hoteleiro	Ausência de auditorias internas periódicas
18	Ribeiro; Marinho	2024	Setor hoteleiro	Omissão ou convivência frente a sinais de exploração
19	Zhang; Wang	2022	Mitigação	Códigos de conduta como instrumento preventivo
20	Silva <i>et al.</i>	2024	Mitigação	Protocolos nacionais de notificação de exploração sexual
21	Christensen <i>et al.</i>	2021	Mitigação	Capacitação de funcionários em direitos humanos e identificação de abusos
22	Pretorius; Edwards	2023	Mitigação	Parcerias com ONGs ampliam encaminhamento e suporte às vítimas
23	Jordão <i>et al.</i>	2020	Políticas públicas	Sanções financeiras e auditorias periódicas como fator dissuasório

Fonte: Novato (2020); Lima; de Araújo da Silva (2020); Silveira; Leal (2020); Araújo; Ribeiro; Camilo (2024); Silva; Araújo (2022); Zickwolff; Cheibub (2022); Santos (2022); Alves (2024); Squizzato (2020); Barbosa; Souza (2021); Pereira (2024); Furman; Mafra (2020); Oliveira; Souza (2022); Miecznikowski *et al.* (2023); Vidal (2024); Oliveira *et al.* (2023); Ribeiro; Marinho (2024); Zhang; Wang (2022); Silva *et al.* (2024); Christensen *et al.* (2021); Pretorius; Edwards (2023); Jordão *et al.* (2020).  
Elaborado pela autora.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Alan de Loiola. **Mercosul e suas estrelinhas nas redes: a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes como uma manifestação da questão social**. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. PUC-SP: 2021. Disponível em: < [REPOSITÓRIO PUCSP: Mercosul e suas estrelinhas nas redes: a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes como uma manifestação da questão social](#)>. Acesso em 21 jun.2024.

ALVES, Ariel de Castro. **Nova lei gera dúvidas, controvérsias e problemas para as viagens de crianças e adolescentes**. Livre de Trabalho Infantil, 2019. Disponível em: <https://livredetrabalhoinfantil.org.br/noticias/colunas/nova-lei-gera-duvidas-controversias-e-problemas-para-as-viagens-de-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

ANSELL, Chris; GASH, Alison. **Collaborative governance in theory and practice**. Journal of Public Administration Research and Theory, New York, v. 18, n. 4, p. 543–571, out. 2008. DOI: 10.1093/jopart/mum032. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jopart/mum032>. Acesso em: 30 jul. 2025.

APPADURAI, Arjun (Org.). **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Tradução de Álvaro Cabral. Niterói: EDUFF, 2008.

ARAÚJO DE OLIVEIRA, Natália. Negros e Turismo: Análise da Produção Acadêmica sobre o Tema em Revistas Vinculadas aos Programas de Pós-Graduação em Turismo no Brasil / Black People and Tourism: Analysis of Academic Production about this Subject in Postgraduate Journals in Tourism in Brazil. **Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, [S. l.], v. 13, n. 1, 2021. Disponível em: <https://sou.uces.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/8480>. Acesso em: 7 jul. 2024.

ARAUJO, Lauana; RIBEIRO, Elaine; CAMILO, Stefani. **Infecções sexualmente transmissíveis – uma revisão integrativa**. Revista FT, v. 28, n. 135, 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/infecoes-sexualmente-transmissiveis-uma-revisao-integrativa/>. Acesso em: 21 jun. 2024

ASHLEY, Caroline; BOYD, Charlotte; GOODWIN, Harold. **Pro-poor tourism: putting poverty at the heart of the tourism agenda**. In.: Natural Resource Perspectives. N.51, March 2000.

ASHLEY, Caroline; DE BRINE, Peter; LEWIS, Hannah; WILSON, Harold. **The role of the tourism sector in expanding economic opportunities**. Cambridge, MA: Escola de Governo John F. Kennedy, Universidade de Harvard, 2007. (Relatório da Iniciativa para Liderança em Turismo Sustentável). Disponível em: <[report 23 EO+Tourism+Final.pdf](#) (PROTEGIDO)>ASHWORTH, G. J.; TUNBRIDGE, J. E. The tourist-historic city: retrospect and prospect of managing the heritage city. London: Belhaven Press, 1990.>. Acesso em: 21 jun. 2024.

ASSUNÇÃO, Lorraine Wenzel; BABINSKI, Luciana Raquel. **Turismo sexual no Brasil: causas e efeitos ao turismo brasileiro**. Trabalho apresentado ao GT, v. 2, em 21 jun. 2024. Disponível em: < [turismo\\_sexual.pdf](#)>. Acesso

ASTON, Joshua.; WEN, Jun.; GOH, Edmund.; MAURER, Oswin. **Promoting awareness of sex trafficking in tourism and hospitality**. In.: International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research , v. 16, n. 1, p. 1-6, 2022. Disponível em: < [Promoting awareness of sex trafficking in tourism and hospitality - Bond University Research Portal](#)>. Acesso em 21jun2024.

AZZOLINI, Marco Antonio Paulino. Revisitando a teoria da violência de Johan Galtung: a relação entre violência estrutural, cultural e direta. **Revista Contraponto**, v. 11, 2024. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/contraponto/article/view/138208>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BAGDADI, Ali. **Práticas de responsabilidade social corporativa no âmbito do turismo sustentável: Uma pesquisa na Accor Hotels**. Prosperitas , v. 10, n. 1, p. 1-10, 2023. Disponível em: < [Práticas de responsabilidade social corporativa no âmbito do turismo sustentável: uma pesquisa na Accor Hotels - Publikációtár](#)>. Acesso em 21jun2024.

BARBOSA, José William de Queiroz; SOUZA, Anderson Gomes de. Quem conta um conto aumenta um ponto? Uma revisão do uso do storytelling por empresas e destinos turísticos. **Revista Turismo em Análise**, v. 32, n. 3, p. 594–617, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/191276>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BLANCHETTE, T.; DA SILVA, A. P. “Brazil has its eye on you”: sexual panic and the threat of sex tourism in Rio de Janeiro during the FIFA World Cup, 2014. **Journal for Brazilian Studies**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 411–454, 2016. DOI: 10.25160/bjbs.v4i2.21398. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/21398>. Acesso em: 7 jun. 2024.

BOAS, Izabela Zonato Villas; GRAÇA, Letícia Moreira. Um enfoque no tráfico de mulheres e meninas para fins de exploração sexual na perspectiva arendtiana. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, [S. l.], v. 115, p. 659–679, 2020. DOI: 10.11606/issn.2318-8235.v115p659-679. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rfdusp/article/view/189408>.. Acesso em: 21 jun. 2024.

BORTOLETTO, Guilherme Engelman. **LGBTQIA+: identidade e alteridade na comunidade**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação, 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Produção Cultural). Disponível em: [https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/guilherme\\_engelman\\_bortoletto.pdf](https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/guilherme_engelman_bortoletto.pdf). Acesso em: 30 jul. 2024.

BOURDIEU, Pierre. L’illusion biographique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 62/63, p. 69–72, juin 1986. Disponível em:

[https://www.persee.fr/doc/arss\\_0335-5322\\_1986\\_num\\_62\\_1\\_2317](https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1986_num_62_1_2317). Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.978, de 21 de maio de 2014**. Altera o nome jurídico do art. 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para classificar como hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 maio 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2014/lei/l12978.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l12978.htm). Acesso em: 17 dez. 2024.

BRO, Erika B. **Removing the mask: Examining the ills of tourism, exoticization, and socio-economic othering in Brazil**. In: Program Regional Enhancement Seminar “Diversity as a Driver of Prosperity and Innovation: Brazilian Carnival”. 2019. p. 114-131. Disponível em: < [erika-b.-bro-1.pdf](#) >. Acesso em 21 jun. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Richard W. **Tourism, environment, and sustainable development. Environmental Conservation**, v. 18, n. 3, p. 201–209, 1990. Disponível em: <DOI: <https://doi.org/10.1017/S0376892900022104>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

CARVALHO, Carla Severiano de; FREITAS, Geisa Fróes de; RIBEIRO, Jocenilson. **Processos de estereotipia: política, turismo e gênero**. Revista do GELNE, v. 25, n. 3, p. 316-322, 2023. Disponível em: < [View article](#) >. Acesso em 21 jun. 2024.

CHRISTENSEN, Lene; RYAN, Ciarán; ILIE, Adrian. **Hotel staff training and policy compliance: mitigating sexual exploitation in travel and tourism**. Tourism Management, v. 83, art. 104262, 2021. DOI: 10.1016/j.tourman.2020.104262. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2020.104262>. Acesso em: 30 jul. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. University of Chicago Legal Forum, v. 1989, n. 1, p. 139–167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em: 30 jul. 2024.

CRUZ, Carla Ferreira. **Redes de prevenção à exploração sexual de crianças no turismo: estudo de caso Belém-PA**. 2009. 116 f. Dissertação (Mestrado em Turismo)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

DOS SANTOS, Rafael Rodrigo. **Complexo de diversões Guaicurus: análise do design em peças gráficas de divulgação do lazer sexual na capital mineira**. Dissertação de mestrado PPGIEL/EEFFTO/UFMG. 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/43924>. Acesso em: 21 jun. 2024.

**ECPAT International.** *Summary Paper on Sexual Exploitation of Children in Travel and Tourism.* Bangkok: ECPAT International, 2020. Disponível em: [www.ecpat.org](http://www.ecpat.org). Acesso em: 21 jun. 2024.

FARIAS, Wynne Gonçalves; FAVERO, Marcela Bortotti. Marketing Social no Turismo: análise das campanhas contra a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. **Turismo e Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 143-165, 2022.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Falta de fiscalização pode aumentar trabalho infantil, diz IBGE.** Poder360, 12 maio 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/falta-de-fiscalizacao-pode-aumentar-trabalho-infantil-diz-ibge/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

FERREIRA, Raissa; CORDEIRO, Norberto Teixeira. O tráfico internacional de mulheres para fins de exploração sexual no BRASIL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 11, p. 595-607, 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José A. Guilhon Albuquerque. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2014. (Vol. 1)

FURMAN, Ana Paula Costa; MAFRA, Gabriela Martins. *Construção mítica do corpo da mulher brasileira como “artefato nacional” no turismo.* **Revista Discurso, Sociedade e Linguagem**, v. 12, n. 2, p. 200–221, out./dez. 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/348944509>. Acesso em: 30 jul. 2025.

GALTUNG, Johan. Violence, peace and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167–191, 1969. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/422690>. Acesso em: 30 jul. 2025.

GIBSON, Heather. **Sex tourism in the Caribbean.** *Tourism and Sex: Culture, Commerce and Coercion*, London: Pinter, 2001.

GORENSTEIN, Fabiana. A criação do Programa Turismo Sustentável Infância do Ministério do Turismo do Brasil: o desafio do enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 3, n. 3, 2008.

GÖSSLING, Stefan. **Global environmental consequences of tourism.** *Global Environmental Change*, v. 12, n. 4, p. 283–302, 2002.

HALL, C. Michael; PAGE, Stephen J. **Geografia do turismo e recreação: meio ambiente, lugar e espaço.** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 4. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2014.

HOOGHE, Liesbet; MARKS, Gary. **Multi-level governance and European integration.** Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2001

JORDÃO, Magna Terra; BRAZ, Luiz Claudio Alve.; GUISSO, Luana Frigulha; HERNANDES, Lincon Frinks; GONÇALVES, João Antônio. *Violência sexual contra crianças e adolescentes: políticas de prevenção e enfrentamento*. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 9, p. 449-456, 2020. DOI <https://doi.org/10.25248/reas.e4560.2020>.

LIMA, M. G.; DE ARAÚJO DA SILVA, J. F. O potencial de desenvolvimento turístico em Corguinho, MS. **Terr@ Plural**, [S. l.], v. 14, p. 1–16, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/13214>. Acesso em: 7 jul. 2025.

LOPES, Amanda Cavalcante Badega; MALERBA, Rafaela Camara. A imagem do Brasil como destino de turismo sexual na produção acadêmica de dissertações e teses (2001-2012). **Caderno Virtual de Turismo**, v. 15, n. 2, p. 167-181, 2015.

MACCANNELL, Dean. **El turista: una nueva teoría de la case ociosa**. Barcelona: Melusina, 2003.

MARANHÃO, Christiano Henrique.; ARAÚJO, Ana Cecília Nascimento.; LEMOS, Daniel Dantas.; GONÇALVES, Marília Barbosa.; ALEXANDRE, Mauro Lemuel de Oliveira. **A construção do discurso a partir do uso do termo “turismo sexual” na mídia jornalística**. RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo, v. 14, n. 2, p. 1-24, 2024. Disponível em: <DOI: <https://doi.org/10.28998/ritur.V14.N2.A2024.pp1-24.17932>>. Acesso em 21 jun.2024.

MATHIESON, Alister; WALL, Geoffrey. **Tourism: economic, physical and social impacts**. London: Longman, 1982.

MIECZNIKOWSKI, Beatriz Cabral. **A exploração sexual no turismo: um problema nosso**. 62f. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Gestão de Turismo) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Recife, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/11113>>. Acesso em 21 jun. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **Relatório de atividades da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão: 2019 a 15 abr. 2020**. Brasília: MPF, 2020. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/publicacoes/relatorios-de-atividades/relatorio-de-atividades-2019-15-04-2020-com-anexos.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.

MOHER, D.; LIBERATI, A.; TETZLAFF, J.; ALTMAN, D. G. **THE PRISMA GROUP. Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: the PRISMA Statement**. **PLoS Medicine**, v. 6, n. 7, p. e1000097, 2009. DOI: 10.1371/journal.pmed.1000097. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>. Acesso em: 21 jun. 2025.

MOWFORTH, Martin; MUNT, Ian. **Turismo e sustentabilidade: desenvolvimento, globalização e novos enfoques do turismo no Terceiro Mundo**. Tradução de Roberta Vieira. 3. ed. São Paulo: Edições Aleph, 2009.

NOVATO, Carla Figueredo. **Tráfico internacional de mulheres para fins de exploração sexual: tratamento no âmbito interno e externo**. TCC. PUC-Goiás. 2020. <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/135>

NUSSBAUM, Martha C. **Women and human development: the capabilities approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

OLIVEIRA, Aline et al. *Saúde da população LGBTQIA+: revisão de escopo rápida da produção científica brasileira*. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 10, p. 3835–3848, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/LQDJPWqyCjTsrLLXZY8PzZn/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

OLIVEIRA, Gabriela de; SILVA, Patricia; ARAUJO, Fernanda. **Auditoria interna governamental: uma revisão rápida das alterações na forma de atuação a partir da IN SFC nº 3/2017**. Revista da CGU, v. 15, n. 28, 2023. Disponível em: [https://revista.cgu.gov.br/Revista\\_da\\_CGU/article/view/659](https://revista.cgu.gov.br/Revista_da_CGU/article/view/659). Acesso em: 30 jul. 2024.

OLIVEIRA, Karla Cristina Damasceno; SOUZA, Luciana Vitória. O Corpo Feminino como elemento de Atração Turística. **Revista Paata Eeseru em Turismo**, v. 1, n. 1, 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Turismo sexual: uma violação dos direitos humanos**. Madrid: OMT, 1995.

PAGE, Stephen J.; CONNELL, Joanne. **Tourism: a modern synthesis**. 3. ed. London: Cengage Learning, 2009.

PATROCINIO, Thays Lima; SILVA, Hugo Hayran Bezerra. *Tráfico sexual infantil no Brasil: desafios e perspectivas*. **Revista Acadêmica Online**, [S. l.], v. 10, n. 50, p. 1–16, 2024. Disponível em: <https://revistaacademicaonline.com/index.php/rao/article/view/69>. Acesso em: 7 jul. 2024.

PEREIRA, Juliana da Rocha et al. Os desafios do controle interno no novo marco regulatório das contratações públicas. **Revista do TCU**, v. 154, p. 78–102, 2024. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/2051>. Acesso em: 30 jul. 2024.

PEREIRA, Pedro Lucas Filgueira. **Close up em Fortaleza-CE: estudo sobre imagem/imaginário turístico por meio de produção cinematográfica (Século XXI)**. Orientador: Michel Jairo Vieira da Silva. 2024. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Turismo, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

PRETORIUS, Johan H.; EDWARDS, Amanda. *Child sexual exploitation in tourism: a systematic review and implications for hospitality management*. Journal of Hospitality and Tourism Management, Amsterdam, v. 52, p. 94–106, 2023. DOI: 10.1016/j.jhtm.2023.05.003. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jhtm.2023.05.003>. Acesso em: 30 jul. 2024.

REIS, Andréa Andrade; CARVALHO, Henrique Rabello de. *A Atenção Primária à Saúde no Brasil e a população LGBTI+: uma revisão integrativa*. **Saúde em Debate**, v. 47, supl. 1, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sdeb/2023.v47nspe1/e9135>. Acesso em: 30 jul. 2025.

RIBEIRO, Rogeane Moraes; MARINHO, Sidnei Vieira. *A relação de causa e efeito na influência do desempenho no turismo no nordeste brasileiro: uma análise multidimensional de hotéis na “rota das emoções”*. **Turismo: Visão e Ação**, v. 26, p. 189-199, 2024. Disponível em: <[A Relação de Causa e Efeito na Influência do Desempenho sobre o Turismo no Nordeste Brasileiro: uma análise multidimensional dos hotéis da “Rota das Emoções” | Turismo: Visão e Ação](#)>. Acesso em: 21 nov. 2024.

RICHARDSON, Diane; POUDEL, Meena; LAURIE, Nina. *Sexual trafficking in Nepal: constructing citizenship and livelihoods*. **Gender, Place & Culture**, v. 16, n. 3, p. 259–278, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09663690902836300>. Acesso em: 22 jun. 2025.

SANTOS, Maria Eduarda Soares Torres de Mello C. dos. ***CPI destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes: avanço no enfrentamento desse crime***. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/3440>>. Acesso em 21 jun.2024.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Aline Kaliane de Souza. **Código de conduta do turismo contra exploração sexual infanto-juvenil: percepção de hotelarias e duas ONG’s de Natal/RN**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.2017.

SILVA, Francisco Lucas da; MELO, Nedilson José Gomes de; GUERRA, Avaetê de Lunetta e Rodrigues. **Exploração sexual e turismo: discussões, causas, efeitos e medidas combativas**. Scientific Electronic Arclnfeções por INFECÇÕES POR HIVes, [S. l.], v. 17, n. 3, 2024. DOI: 10.36560/17320241937. Disponível em: <https://scientificelectronicarclnfeçõesporINFECÇÕESPORHIVes.org/index.php/SEA/article/view/1937>. Acesso em: 21 jun.2024.

SILVA, Gabriela de Oliveira; OLIVEIRA, Patricia Alvares de Azevedo; ARAUJO, Fernanda Guedes. **Auditoria interna governamental: uma revisão rápida das alterações na forma de atuação a partir da publicação da IN SFC nº 3 (2017)**. Revista da CGU, v. 15, n. 28, 2023. Disponível em: [https://revista.cgu.gov.br/Revista da CGU/article/download/659/390](https://revista.cgu.gov.br/Revista%20da%20CGU/article/download/659/390). Acesso em: 30 jul. 2025.

SILVA, João Paulo; ARAUJO, Cristina Pereira. Turismo no Brasil, desigualdade social e o discurso das políticas públicas. **Sociedade e Estado**, v. 37, n. 3, p. 1051-1072, 2022.

SILVEIRA, Lélian; LEAL, Danielly. Representações do Brasil nas brochuras turísticas luso-inglesas: próximas do paraíso e distantes da civilização. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 20, n. 3, 2020.

SIQUEIRA, Euler David; SIQUEIRA, Denise Costa Oliveira. Corpos autorizados: comunicação, poder e turismo. **Revista Hospitalidade**, p. 97-116, 2008.

SOBREIRA, Michelle et al. *Cenários prospectivos no combate ao turismo sexual internacional em Fortaleza*. Turismo: **Visão e Ação**, v. 16, n. 2, p. 416-449, 2014.

SQUIZZATO, Vania. Corpos femininos na promoção turística: caso Florianópolis, Brasil. Corpi femminili nella promozione turistica: il caso dell'isola di Florianópolis, **Brasile**. 2020. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.14247/4003>. Acesso em: 30 jul. 2024.

STELZER, Joana; KYRILLOS, Gabriela M. Inclusão da interseccionalidade no âmbito dos direitos humanos. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, n. 1, p. 1–25, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3509/350966160008/html/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

TADEU, Fernando; DIAS, Reinaldo; FERNANDO, Jhonatan. Brasil na rota do turismo sexual internacional: regiões mais afetadas e a legislação. **Revista Inclusiones**, p. 98-113, 2017.

THE CODE. **Apply to The Code: International Code of Conduct for the Protection of Children from Sexual Exploitation in Travel and Tourism**. Disponível em: [Recursos — O Código](#). Acesso em: 21 jun. 2025.

UNODC. **Global Study on Smuggling of Migrants**. United Nations, 2018.

UNWTO – WORLD TOURISM ORGANIZATION. International Recommendations for Tourism Statistics 2008 (IRTS 2008). Madrid: UNWTO, 2008. Disponível em: <https://www.unwto.org/tourism-statistics/on-basic-tourism-statistics-irts-2008>. Acesso em: 22 jun. 2025.

URRY, John; LARSEN, Jonas. **O olhar do turista 3.0**. Tradução Leonardo Abramowicz. – São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2021.

VIDAL, Iara. **Brasil fecha as portas ao turismo sexual**. Revista Fórum, 28 dez. 2024. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2024/12/28/brasil-fecha-as-portas-ao-turismo-sexual-171696.html>. Acesso em: 21 jun. 2025.

WEN, Jun.; KLARIN, Anton.; GOH, Edmundo.; ASTON, Josué. **A systematic review of the sex trafficking-related literature: lessons for tourism and hospitality research**. In.: **Journal of Hospitality and Tourism Management**, v. 45, p. 370-376, 2020. Disponível em: < [A systematic review of the sex trafficking-related literature: Lessons for tourism and hospitality research - ScienceDirect](#)>. Acesso em: 21 jun.2025.

WILLIAMS, Erica Lorraine. **Turismo sexual na Bahia: enredamentos ambíguos**. University of Illinois Press, 2013.

ZHANG, Xiaoli; WANG, Li. Implementing child-protection codes in Chinese hotel chains: challenges and outcomes. **Tourism Management Perspectives**, v. 42, art. 100937, 2022. DOI: 10.1016/j.tmp.2022.100937. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2022.100937>. Acesso em: 30 jul. 2024.

ZICKWOLFF, Erick da Cunha Coelho; CHEIBUB, Bernardo Lazary. Mercado do Sexo e Turismo Sexual: Olhares Ampliados. LICERE - **Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 1–24, 2022. DOI: [10.35699/2447-6218.2022.40761](https://doi.org/10.35699/2447-6218.2022.40761). Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/40761>. Acesso em: 21 jun.2024.